



EDITAIS

SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA
SERVIÇO INTEGRADO DE MEDICINA
CNPJ 61.699.567/0075-29

NOTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: SIM – SERVIÇO INTEGRADO DE MEDICINA. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM 30 de Abril de 2022. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2022. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPARATIVO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro
Valores em Reais

ATIVO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	18.662.654,08	16.909.661,68
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	2.768.752,22	2.489.926,21
Bancos conta movimento (nota 3.1)	1,00	1,00
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	2.768.751,22	2.489.925,21
CLIENTE E OUTROS RECEBÍVEIS SAÚDE	15.771.621,81	14.331.709,96
Contas a Receber (nota 3.3)	15.733.370,40	14.303.064,00
Valores a Receber – Prefeitura Municipal de Jacareí (nota 3.3.1)	15.733.370,40	14.303.064,00
Outros Créditos (nota 3.4)	38.251,41	28.645,96
Adiantamentos e outros créditos (nota 3.4.1 e 3.4.2)	38.251,41	28.645,96
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.5)	2.447,32	1.784,89
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 11)	2.447,32	1.784,89
Estoques (nota 3.6)	119.832,73	86.240,62
Estoque Materiais de Nutrição	2.408,72	1.041,23
Estoque Materiais de Farmácia	11.641,24	14.221,33
Estoque Materiais de Almoxxarifado	105.149,55	70.978,06
Empréstimos de Materiais a Terceiros	633,22	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	621.316,74	548.917,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00
Ativo Imobilizado- Bens de Terceiros (nota 3.7)	780.045,77	620.966,22
Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)	780.045,77	620.966,22
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros	-164.828,03	-84.247,22
Bens de Terceiros (nota 3.7.1)	-164.828,03	-84.247,22
Intangível Terceiros (nota 3.7)	30.495,00	30.495,00
Intangível de Terceiros (nota 3.7)	30.495,00	30.495,00
Ajuste Vida Útil Econômica Intangível Terceiros	-24.396,00	-18.297,00
Ajuste Vida Útil Econômica Intangível Terceiros (nota 3.7.1)	-24.396,00	-18.297,00
TOTAL DO ATIVO	19.283.970,82	17.458.578,68

PASSIVO	2021	2020
---------	------	------

PASSIVO CIRCULANTE	18.662.654,08	16.909.661,68
FORNECEDORES	79.684,60	48.162,97
Fornecedores Nacionais (nota 3.8)	79.684,60	48.162,97
SERVIÇOS DE TERCEIROS	615.835,64	483.800,04
Serviços de Terceiros P.Jurídica (nota 3.9)	615.835,64	483.800,04
SERVIÇOS PRÓPRIOS	855.456,95	724.063,02
Salários a Pagar (nota 3.10)	301.151,31	221.835,96
Contribuições a Recolher (nota 3.11)	68.031,65	54.230,79
Provisão de Férias (nota 3.12)	381.861,59	360.246,12
Provisão de FGTS sobre Férias (nota 3.12)	30.478,88	28.715,18
Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03 (nota 3.13)	4.625,75	241,82
Impostos a Recolher (nota 3.14)	66.471,22	56.242,83
Benefícios	2.836,55	2.550,32
TRIBUTOS	59.128,75	50.674,40
Obrigações Tributárias (nota 3.15)	59.128,75	50.674,40
CONTA A PAGAR / VALORES DE TERCEIROS	17.052.548,14	15.602.961,25
Convênios/Contratos Públicos a Realizar (nota 3.16)	16.999.783,35	15.547.556,12
Serviços de Terceiros P.Física	1.774,50	18.864,39
Outras Contas a Pagar (nota 3.17)	43.566,47	30.569,08
Estrutura SPDM	7.423,82	5.971,66
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	621.316,74	548.917,00
NÃO CIRCULANTE SAÚDE	621.316,74	548.917,00
Imobilizado Bens de Terceiros (nota 3.7)	810.540,77	651.461,22
Ajuste Vida Útil – Bens de Terceiros (nota 3.7.1)	-189.224,03	-102.544,22
TOTAL DO PASSIVO	19.283.970,82	17.458.578,68
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 4)	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.283.970,82	17.458.578,68

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro
Valores em Reais

DESCRIÇÃO	2021	2020
(=) RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS COM RESTRIÇÃO	14.600.037,88	13.169.367,37
(+) SERVICOS - SAÚDE	14.528.135,94	13.103.628,14
Prefeitura Municipal de Jacareí (nota 5.1)	12.926.838,56	11.594.934,54
Isonção usufruída (nota 9)	1.599.388,52	1.506.121,41
Trabalho Voluntário (nota 10)	1.908,86	2.572,19
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO (nota 5.1)	71.901,94	65.739,23
Estrutura SPDM	71.901,94	65.739,23
(=) RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS COM RESTRIÇÃO	14.600.037,88	13.169.367,37



(+) OUTRAS RECEITAS COM RESTRIÇÃO (nota 5.1)	14.011,58	10.196,60
(+) RECEITAS GERAIS - SAÚDE	14.011,58	10.196,60
Descontos Recebidos (nota 5.2)	14.011,58	3.948,80
Doações Recebidas (nota 5.3)	0,00	6.247,80
(=) RECEITA LÍQUIDA COM RESTRIÇÃO	14.614.049,46	13.179.563,97
(-) CUSTOS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO (nota 5.4)	10.115.709,14	8.568.703,15
(-) SERVICOS COM RESTRIÇÃO	9.013.129,04	7.486.318,20
(-) Pessoal - Serviços Próprios	2.773.656,79	2.315.594,01
(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	6.197.219,25	4.905.715,39
(-) Serviços - Terceiros P. Física	42.253,00	265.008,80
(-) CUSTOS COM MERCADORIAS COM RESTRIÇÃO	397.033,54	321.741,61
(-) Medicamentos e Materiais	397.033,54	321.741,61
(-) TRIBUTOS COM RESTRIÇÃO	1.237,12	97,95
(-) Impostos Taxas e Contrib	1.237,12	97,95
(-) GRATUIDADES COM RESTRIÇÃO	641.505,24	522.554,80
(-) Isenção usufruída (nota 9)	641.505,24	522.554,80
(-) OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO	62.804,20	237.990,59
(-) Custos de Bens Permanentes de Terceiros	62.804,20	237.990,59
(-) DESPESAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO (nota 5.4)	4.498.340,32	4.610.138,68
(-) SERVICOS COM RESTRIÇÃO	3.296.999,35	3.347.815,31
(-) Pessoal - Serviços Próprios	2.340.900,11	2.449.362,33
(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	954.190,38	895.880,79
(-) Trabalho Voluntário (nota 10)	1.908,86	2.572,19
(-) DESPESAS COM MERCADORIAS COM RESTRIÇÃO	54.717,55	93.589,18
(-) Medicamentos e Materiais	54.717,55	93.589,18
(-) TRIBUTOS COM RESTRIÇÃO	160,00	257,29
(-) Tributos	160,00	257,29
(-) GRATUIDADES COM RESTRIÇÃO	957.883,28	983.566,61
(-) Isenção usufruída (nota 9)	957.883,28	983.566,61
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO	188.580,14	184.910,29
(-) Despesas Financeiras	20.402,85	18.965,74
(-) Despesas de Bens Permanentes de Terceiros	96.275,35	100.205,32
(-) Estrutura SPDM	71.901,94	65.739,23
(-) OUTRAS DESPESAS COM RESTRIÇÃO	0,00	722,14
(-) DESPESAS FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO	0,00	722,14
(-) Despesas Financeiras	0,00	722,14
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO COM RESTRIÇÃO (nota 6)	0,00	0,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro
Valores em Reais

DESCRIÇÃO	2021	2020
-----------	------	------

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit /Déficit do exercício/periódodo	0,00	0,00
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades Operacionais		
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	-1.430.306,40	-1.486.597,54
(Aumento) Redução outros créditos	-9.605,45	522.007,46
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	-662,43	-65,48
(Aumento) Redução em estoques	-33.592,11	-18.239,15
Aumento (Redução) em fornecedores	163.557,23	30.083,71
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	1.452.227,23	1.126.821,56
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	137.207,94	2.085,74
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	72.399,74	271.210,84
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	351.225,75	447.307,14
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	-72.399,74	-271.210,84
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	-72.399,74	-271.210,84
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	278.826,01	176.096,30
Saldo inicial de Caixa e equivalente	2.489.926,21	2.313.829,91
Saldo final de Caixa e equivalente	2.768.752,22	2.489.926,21

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro
Valores em Reais

DESCRIÇÃO	2021	2020
1 - RECEITAS	14.600.037,88	13.175.615,17
1.1) Prestação de serviços	13.000.649,36	11.663.245,96
1.2) Outras Receitas	0,00	6.247,80
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	1.599.388,52	1.506.121,41
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	7.296.697,91	6.385.151,97
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços	397.033,54	321.741,61
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	6.648.293,74	5.639.789,76
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	159.079,55	338.195,91
2.4) Outros	92.291,08	85.424,69
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	7.303.339,97	6.790.463,20
4 - RETENÇÕES	0,00	0,00
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	7.303.339,97	6.790.463,20
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	14.011,58	3.948,80
6.1) Receitas financeiras	14.011,58	3.948,80
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL (5+6)	7.317.351,55	6.794.412,00
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.317.351,55	6.794.412,00
8.1) Pessoal e encargos	5.116.465,76	4.767.528,53
8.2) Impostos, taxas e contribuições	1.397,12	355,24
8.3) Juros	13,71	2,42
8.4) Aluguéis	600.086,44	520.404,40
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	1.599.388,52	1.506.121,41



8.6) Déficit ou Superávit do Exercício	0,00	0,00
--	------	------

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

CONTEXTO OPERACIONAL, NORMAS E CONCEITOS GERAIS APLICADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Entidade SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962.

A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins.

Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 dezembro de 2021.

CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE GERENCIADA

O Serviço Integrado de Medicina de Jacareí - SIM possui serviço especializado em atendimento ambulatorial que compreende consultas (primeira consulta, interconsulta, consulta subsequente e retorno), procedimentos terapêuticos não médicos (psicologia), e destaca-se pelo atendimento abrangente, multiprofissional e especializado em saúde, no nível secundário, estimulando o conhecimento dos profissionais de saúde a fim de proporcionar uma prática de saúde pública digna, com qualidade e compromisso social, sendo referência para a população de Jacareí - SP, abrangendo também os municípios de Igaratá e Santa Branca, o que totaliza uma população aproximada de 250.000 habitantes na região assistida.

O atendimento é realizado por uma equipe multiprofissional qualificada, que atua com o objetivo de proporcionar o melhor atendimento a nossos pacientes, prestando serviços com foco na qualidade, segurança do paciente, cuidado centrado no paciente, contínuo, humanizado e integrado à Rede de Atenção à Saúde (RAS) da qual faz parte.

A partir do Chamamento Público nº 001/2017 iniciou-se a gestão da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina em 02/01/2018, que tem como finalidade a gestão, operacionalização e execução de serviços de saúde no SIM – SERVIÇO INTEGRADO DE MEDICINA. Em 07 de dezembro de 2017, a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina firmou com o Município de Jacareí o Contrato de

Gestão nº 2.002.00/2017 no valor global de R\$ 13.649.864,00 (treze milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e oitocentos e sessenta e quatro reais), período de 12 (doze) meses. O contrato de gestão foi prorrogado por 12 (doze) meses através do Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nºs 2.002.04/17.18 (Expediente 021/2017 – PL/PGM) e por igual período através dos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão nº 2.002.07/17.19, 2.002.11/17.20 e 2.002.12/17.21.

1. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Isenção Tributária e característica da isenção

A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e o que dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, a Entidade observou as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis

individuais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observadas não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de grande porte.

A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em observância as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração a adoção de normas contábeis como o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que tem por objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade; NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, que trata da contabilização e divulgação de subvenção governamental; e ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

2.1. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL – ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3)

As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital.

2.2. NOME EMPRESARIAL DA UNIDADE, ENDEREÇO E CNPJ DA UNIDADE GERENCIADA

SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA – SERVIÇO INTEGRADO DE MEDICINA

Praça Professor Luiz Araujo Máximo, nº 50 – Jardim Paraiba – Jacareí-SP, CEP 12.327-540
CNPJ: 61.699.567/0075-29

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES.

Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabeleça a ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de Lucros, e suas alterações.

O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas.

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

DESCRIÇÃO	31.12.2021 R\$	31.12.2020 R\$
Saldo em Caixa	0,00	0,00
Saldos em Bancos	1,00	1,00
Aplicações Financeiras	2.768.751,22	2.489.925,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.768.752,22	2.489.926,21



3.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. São referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de contrato de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	TIPO DE APLICAÇÃO	TAXA %	31/12/2021
Banco Bradesco	CDB	0,65 a.m	2.768.751,22

3.2.1 RENDIMENTOS SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA – RECEITAS FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO

Os recursos provenientes de contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada “Convênios/Contratos Públicos à Realizar”, em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2021 tais valores representam o montante de R\$ 56.811,66 (Cinquenta e seis mil, oitocentos e onze reais e sessenta e seis centavos).

3.3. CONTAS A RECEBER

A prática contábil adotada é o regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais e a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus convênios com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo de modo que quando ocorra o reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas.

3.3.1. VALORES A RECEBER

Os valores registrados nesta conta em 31.12.2021 representam o saldo a receber de curto prazo, no valor de R\$ 15.733.370,40 (Quinze milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e setenta reais e quarenta centavos) relativos ao contrato de gestão nº 2.002.00/2017, celebrado entre a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e a Prefeitura Municipal de Jacareí, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde em 07 de Dezembro de 2.017.

Conforme previsto no Anexo I do Contrato de Gestão - Item “Sistema de Transferência de Recursos Orçamentários/Condições de Pagamento”, do valor total fixado, no contrato, deverá ser descontado todo e qualquer valor pago diretamente pela CONTRATANTE a terceiros em decorrência de eventuais contratos já existentes e relacionados com a execução dos serviços objeto do presente contrato, ou em decorrência da cessão de Servidores Públicos Municipais.

O valor do desconto previsto, especificamente no que se refere à cessão dos Servidores Públicos Municipais, será fixado para períodos mensais, devendo eventuais diferenças ser objeto de reavaliação e compensação pelas partes mediante “encontro de contas”, devidamente formalizado junto aos autos do processo de gestão do contrato da Unidade de saúde em tela.

Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Jacareí efetua, mensalmente, o desconto no repasse firmado através do Contrato de Gestão inerente à Folha de Pagamentos dos Servidores Públicos Municipais que atuam na Unidade Gerenciada SIM – Serviço Integrado de Medicina.

3.4. OUTROS CRÉDITOS

São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da Instituição. O saldo em 2021 foi de R\$ 38.251,41 (Trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos).

3.4.1. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de benefícios de vale transporte, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente. O saldo em 2021 foi de R\$ 12.148,27 (Doze mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos).

3.4.2. ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS

A Instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação

Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. O saldo em 2021 foi de R\$ 26.103,14 (Vinte e seis mil, cento e três reais e quatorze centavos).

3.5. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Representam valores referentes a prêmios de seguros de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil da Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

3.6. ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a medicamentos, produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios, materiais de escritório e materiais de terceiros até a data do balanço.

Conforme se demonstra abaixo, o valor escriturado em estoques no exercício de 2021 é de R\$ 119.832,73 (Cento e dezenove mil, oitocentos e trinta e dois reais e setenta e três centavos).

Estoques Descrição	Valores em Reais	
	31.12.2021	31.12.2020
Materiais utilizados no setor de Nutrição	1.480,50	1.041,23
Materiais utilizados no setor de Farmácia	11.641,24	14.221,33
Materiais utilizados no setor de Engenharia	11.285,36	0,00
Materiais de Almoxarifado	94.792,41	70.978,06
Materiais de Terceiros	633,22	0,00
Total	119.832,73	86.240,62

3.7. IMOBILIZADO/INTANGÍVEL – Bens de Terceiros

O imobilizado/intangível de uso da Unidade Gerenciada SIM – SERVIÇO INTEGRADO DE MEDICINA é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos documentos de cessão de uso.

Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado – Bens de Terceiros em 2021

DESCRIÇÃO	Posição em 31/12/2020	Aquisição	Transferência Baixa	Posição em 31/12/2021
Imobilizado - Bens de Terceiros	620.966,22	159.079,55	0,00	780.045,77
Aparelhos Médicos Odontológicos Laboratório	365.196,70	74.351,20	0,00	439.547,90
Equipamentos de Processamento de Dados	81.610,67	0,00	0,00	81.610,67
Mobiliário em geral	111.677,32	29.056,25	0,00	140.733,57
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	61.553,83	47.250,00	0,00	108.803,83
Equipamento p/Áudio, Vídeo e Foto	927,70	6.172,20	0,00	7.099,90
Outros Materiais Permanentes	0,00	2.249,90	0,00	2.249,90
Intangível – Bens de Terceiros	30.495,00	0,00	0,00	30.495,00
Softwares	30.495,00	0,00	0,00	30.495,00

3.7.1 AJUSTE DE VILDA ÚTIL ECONÔMICA – Bens Móveis

A Instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.



Demonstrativo da movimentação dos Ajustes Vida útil Econômica Bens moveis em 2021

DESCRIÇÃO	Posição em 31/12/2020	Transferência Baixa	Ajuste de vida útil	Posição em 31/12/2021	Taxa de ajuste de vida útil
Imobilizado - Ajuste Vida Útil Econômica – Bens Móveis	-84.247,22	0,00	-80.580,81	-164.828,03	Anual (%)
Aparelhos Médicos Odontológicos Laboratório	-41.493,58	0,00	-41.296,66	-82.790,24	10
Equipamentos de Processamento de Dados	-15.829,38	0,00	-16.322,01	-32.151,39	20
Mobiliário em geral	-16.398,61	0,00	-12.508,35	-28.906,96	10
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	-10.494,73	0,00	-9.745,35	-20.240,08	10
Equipamento p/Áudio, Vídeo e Foto	-30,92	0,00	-539,70	-570,62	10
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	-168,74	-168,74	10
Intangível – Ajuste Vida Útil Econômica – Bens de Terceiros	-18.297,00	0,00	-6.099,00	-24.396,00	Anual (%)
Softwares	-18.297,00	0,00	-6.099,00	-24.396,00	20

3.8. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 (noventa) dias. O saldo em 2021 foi de R\$ 79.684,50 (Setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).

3.9. SERVIÇOS DE TERCEIROS

Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela Instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não médicos, tais como: conservação, vigilância e segurança, manutenções preventivas, consultoria e auditoria, limpeza, etc. O saldo em 2021 foi de R\$ 615.835,64 (Seiscentos e quinze reais, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

3.10. SALÁRIOS A PAGAR

De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A Instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. O saldo em 2021 foi de R\$ 263.445,85 (Duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

3.11. CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS, sendo reconhecidos obedecendo ao princípio da competência. Eles são recolhidos mensalmente em suas respectivas datas de vencimento, ou seja, INSS até o dia 20 e o FGTS até o dia 07 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite. O saldo em 2021 foi de R\$ 68.031,65.

3.12. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Referem-se às Provisões de Férias e encargos os quais foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. O montante é determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Regime da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável. O saldo em 2021 foi de R\$ 412.340,47 (Quatrocentos e doze mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos).

3.13. EMPRÉSTIMOS A FUNCIONÁRIOS

A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A Instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado junto ao Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2021 foi de R\$ 4.625,75 (Quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos).

3.14. IMPOSTOS A RECOLHER

Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços de pessoal próprio em regime CLT. São recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimento, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso as datas de vencimento não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite. O saldo em 2021 foi de R\$ 65.970,72 (Sessenta e cinco mil, novecentos e setenta reais e setenta e dois centavos).

3.15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS e PIS/COFINS/CSLL, relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes. O saldo final a pagar em 2021 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 59.128,75 (Cinquenta e nove mil, cento e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos).

3.16. CONTRATOS PÚBLICOS A REALIZAR

De acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, e ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do Convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2021 representa R\$ 16.999.783,35 (Dezesseis milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos).

3.17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da Instituição. O saldo em 2021 foi de R\$ 45.340,97 (Quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta reais e noventa e sete centavos).

3.18. CONTINGÊNCIAS ATIVAS E PASSIVAS

Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em “provável”, “possível” e “remota”, no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2).

Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota).

Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.

3.18.1. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis.



Tais ações têm por origem, independente do mérito, tantos casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores.

Em 2021, a unidade gerenciada não acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas e contingências passivas na esfera cível ou tributária, mas temos uma ação trabalhista como "possível" no valor de R\$ 75.544,33.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apuração na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero".

Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2020 e 2021 respectivamente.

5. ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS

As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais.

5.1. DAS RECEITAS OPERACIONAIS

Os recursos públicos obtidos através do Contrato de Gestão são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento do Contrato.

5.2. DESCONTO RECEBIDOS

Os descontos recebidos referem-se a acordo com fornecedores e prestadores para liquidação do passivo a pagar dessas empresas, em 2021 totalizou R\$ 14.011,58 (Quatorze mil, onze reais e cinquenta e oito centavos).

5.3. DOAÇÕES

Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2021 a unidade gerenciada não recebeu nenhuma doação. E no exercício de 2020 recebeu o valor de R\$ 6.247,80, a título de doações em mercadorias com a finalidade de promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no combate à pandemia do COVID-19.

5.4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM.

As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM.

5.5. AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E OU CONVÊNIOS PÚBLICOS

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de

acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A unidade gerenciada realiza a contabilização de todos seus convênios atendendo à NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Nenhuma Assistência Governamental pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2021, o SIM – Serviço Integrado de Medicina recebeu recursos da Prefeitura Municipal de Jacareí conforme quadro a seguir:

CNPJ nº 61.699.567/0075-29	
Contrato de Gestão	R\$
Contrato 2.002.00/2017	12.963.849,67

6. RESULTADO OPERACIONAL

Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecida em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero".

A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composta de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 12.963.849,67; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 70.823,24; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 12.940.850,14; encerrando o exercício com um resultado Superavitário no valor de R\$ 93.822,77.

7 – DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 12.101, PORTARIA 834/2016 MS e Lei Complementar 187 de 2021.

Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (**Artigo 7º**): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (**Artigo 9º**): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (**§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo**), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços.

A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (**Artigo 10º**): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS.

Em 2021 o SIM – Serviço Integrado de Medicina apresentou a seguinte produção:

Produção 2020 - 2021 SUS		
Linha de Atendimento	2020	2021
Consulta médica	93.030	99.202
Consulta não médica	16.818	15.038
Cirurgia Ambulatorial	1.472	662
SADT Total	26.495	35.940

8. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E ORÇAMENTARIA DO CONTRATO DE GESTÃO



A unidade SPDM – SERVIÇO INTEGRADO DE MEDICINA, apresentou o seguinte relatório de execução em 2021:

a) Comparativo específico das metas proposta com os resultados alcançados, com justificativas para metas não atingidas ou excessivamente superadas.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO - 2021					
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		TOTAL 2021
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Realizado
Consulta médica	69.000	67.185	69.000	60.925	128.110
Atendimento não médico	4.200	4.193	4.200	3.890	8.083
Cirurgia ambulatorial	1.200	1.171	1.200	1.131	2.302
SADT Externo	18.054	17.571	18.043	17.912	35.483

b) Exposição sobre a Execução Orçamentaria e seus Resultados:

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
RECEITAS	2021		2020	
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	CUSTEIO	INVESTIMENTO
Repasses do Contrato	12.963.849,67	0,00	11.638.945,90	148.000,00
Receitas Financeiras e Outras Receitas	70.823,24	0,00	44.057,71	0
TOTAL DAS RECEITAS	13.034.672,91	0,00	11.683.003,61	148.000,00
DESPESAS	CUSTEIO	INVESTIMENTO	CUSTEIO	INVESTIMENTO
Despesas com Pessoal	4.870.386,28	0	4.829.933,81	0
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	7.701.520,17	73.110,00	6.141.903,16	446.555,81
*Emenda Parlamentar	0	118.890,00	0	236.514,53
TOTAL DAS DESPESAS	12.571.906,45	192.000,00	10.971.836,97	683.070,34

9. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15 de Dezembro de 2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 1.599.388,52 (Um milhão, quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dentro outros requisitos.

As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a INSS Patronal sobre a folha de pagamentos de serviços próprios, COFINS e PIS sobre folha de pagamentos de serviços próprios. No exercício de 2021 foram de R\$ 1.599.388,52 (Hum milhão, quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)

9.1 – Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados

Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 1.161.350,60 (Hum milhão, cento e sessenta e um mil, trezentos e

cinquenta reais e sessenta centavos). Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 1.066.883,03 (Hum milhão, sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e três reais e três centavos).

9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros

A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2021 atingiu um montante de R\$ 8.450,60. E no exercício de 2020 o valor foi de R\$ 53.001,76 (Cinquenta e três reais, um real e setenta e seis centavos)

9.3 – Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 387.805,07 (Trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e cinco reais e sete centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2020, esse montante foi de R\$ 347.848,04 (Trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quatro centavos).

9.4 – Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento

A Unidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 R\$ 41.782,25 (Quarenta e um mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos). E em 2020 R\$ 38.388,58 (Trinta e oito mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

10. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

A instituição possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida pelo Trabalho Voluntário Estatutário, a Entidade toma por base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,86 (Um mil, novecentos e oito reais e oitenta e seis centavos).

11. SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. O saldo em 2021 foi de R\$ 2.447,32 (Dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos).

12. EXERCÍCIO SOCIAL

Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

São Paulo, 31 de Dezembro de 2021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM
Suzana Aparecida Silveira - Diretora Técnica - CRM 70.700
José Roberto da Mota – Contador - CRC-1SP 252.369/O-7

“RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES”

Opinião sobre as demonstrações contábeis



Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA (SIM – SERVIÇO INTEGRADO DE MEDICINA)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos:

Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da



Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 01 de abril de 2022.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOSCRC/SP 2SP 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04
CNAI-RS-718

A Prefeitura de **JACAREÍ**, em cumprimento às disposições constantes do Edital de Abertura de Inscrições do **Concurso Público N° 001/2022**, vem, por meio do presente Edital:

1 - DIVULGAR a relação dos candidatos classificados na Prova Objetiva, na forma do **ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - GERAL**, com base nos critérios estabelecidos no Edital de Abertura de Inscrições.

2 - DIVULGAR a relação dos candidatos classificados na Prova Objetiva, na forma do **ANEXO II – CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**, com base nos critérios estabelecidos no Edital de Abertura de Inscrições.

3 - DIVULGAR a relação dos candidatos não classificados, na forma do **ANEXO III – CANDIDATOS NÃO CLASSIFICADOS**, com base nos critérios estabelecidos no Edital de Abertura de Inscrições.

4 – DIVULGAR o resultado da análise de títulos dos candidatos classificados na Prova Objetiva, na forma do **ANEXO IV – RESULTADO DA ANÁLISE DE TÍTULOS**.

5 - ESTABELECEr do dia 02 a 06 de maio de 2022, para a interposição de recursos administrativos contra a Classificação Provisória. Os recursos administrativos deverão ser protocolados exclusivamente por meio do site www.publiconsult.com.br, na forma estabelecida no item 9.2 do Edital de Abertura de Inscrições.

Jacareí, 29 de abril de 2022.

Bruno de Moraes Castro

Secretário de Administração e Recursos Humanos

PM JACAREÍ - CP 001-2022 - ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - GERAL

Concurso Público Nº 001/2022										
ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - GERAL										
Para facilitar a sua busca pressione a tecla "Ctrl+F" e digite o nome desejado										
01 - Professor - Artes										
Classificação	Inscrição	Candidato	Disciplinas				Prova de Títulos	Nota Final	Data Nascimento	
			LP	MAT	LE	C E				
1	2000602093	VICTORIA DE MACEDO FIIRSTZ	5	5	2	18		78,5	1/31/96	
2	2000603314	VITOR FERNANDO DE BARRÓS SANT'ANA	3	5	1	16	2	68,5	9/28/96	
3	2000595807	MARIA ADELAIDE PIRES DE ALMEIDA SASAQUI	2	3	2	13	16	68	9/8/61	

4	2000603334	RAYANA OLIVEIRA BIANCHETTI	4	4	1	16		67	11/17/95	
5	2000594633	LISA HELENA DA SILVA	4	8	2	11		61	10/30/00	
6	2000596040	CASSIA MARA PICCININ	4	5	3	12		59	5/19/84	
7	2000600070	THAIS FERNANDA FERREIRA DE ANDRADE MONTEIRO	5	1	1	13	4	58,5	9/16/78	
8	2000603202	LIGIA GONCALVES COSTA	3	4	2	12	4	57,5	2/12/94	
9	2000608801	ELAINE CRISTINA SANT'ANA CHIO	5	3	3	12		57,5	11/18/82	
10	2000607256	OTILIO JUNIOR PIRES CARDOSO	4	4	2	11	4	57	8/6/86	
11	2000604088	GABRIELA DA COSTA BRITO	4	4	3	12		57	4/2/82	
12	2000591572	ALEXIA SALES	6	4	1	11		57	1/13/97	
13	2000597605	CLARICE DE ABREU DELLAPE	3	6	1	12		56,5	2/26/92	
14	2000605635	DAVI ALEXANDRE DE PISTILA SOUZA	3	6	1	12		56,5	12/21/98	
15	2000605826	CESAR DOMINGUES DE SOUZA	4	3	1	13		56	8/14/70	
16	2000597128	ANA FLAVIA DE FARIA	5	4	2	11		55,5	2/4/82	
17	2000607989	LUCAS LEANDRO DE OLIVEIRA SANTOS	4	4	1	12		55	2/20/99	
18	2000591787	RAFAEL ANDRE COSTA SILVA	5	2	2	12		54,5	4/2/85	
19	2000593209	MARIA LUIZA DOS SANTOS	2	4	2	13		54	1/25/77	
20	2000598690	ALINE LOPES DA SILVA	4	3	2	11	2	53	3/14/90	
21	2000609066	ROMULO CESAR PEREIRA DE PAIVA	3	4	2	11	2	52,5	10/4/80	
22	2000591574	IVANI DE MELO	3	1	1	14		52,5	2/8/78	
23	2000609506	LEONARDO GABRIEL DOS SANTOS DA SILVA	3	8	2	9		52,5	6/26/96	
24	2000600529	ELIANA VIRGINIA COSTA	2	2	2	13	2	52	4/23/87	
25	2000598897	DIOGENES FLAUSINO DE OLIVEIRA	3	1	2	13		50,5	3/29/90	
26	2000608878	ALINE FERNANDA HUBER VICENTE LIBERATO	3	2	0	13		50,5	3/3/79	
27	2000597173	MARCOS ROBERTO DE CAMARGO	5	2	1	11		50,5	11/28/85	
28	2000603513	CASSIA DE SOUZA BRAGA	4	1	2	12		50	9/10/85	

02 - Professor – Educação Física

Classificação	Inscrição	Candidato	Disciplinas			Prova de Títulos	Nota Final	Data Nascimento	
			LP	MAT	LE	C E			
1	2000608827	EMILY BEZERRA FERNANDES DA MOTA	4	7	1	16	12	85	3/12/90
2	2000603492	RONEY TAKASHI SANADA	3	3	2	17		66,5	5/28/92
3	2000596621	BRENDON HENRIQUE RAMOS TORRES	4	1	3	17		66	3/30/98
4	2000593696	ELISSANDRO BARBOZA DE LIMA	4	4	1	13	6	64	2/23/97
5	2000595530	ELAINE APARECIDA DE OLIVEIRA	4	0	2	16	4	64	10/20/78
6	2000600439	ELIVELTON PEREIRA ARAUJO	4	2	2	16		64	10/26/95
7	2000601387	LAEL ALVES FERREIRA	5	4	1	12	6	63,5	8/5/92
8	2000597124	MARIA JULIA FERREIRA DE SIQUEIRA	4	6	1	13		62	9/17/97
9	2000609278	JESSICA DA SILVA NATALI MENDONÇA	3	3	3	15		61,5	5/20/97

10	2000603864	THOME RODRIGO CLARO MOREIRA	3	4	1	15		61,5	1/19/86
11	2000595771	DOUGLAS EDUARDO DE LIMA SILVA	5	4	2	13		61,5	3/30/95
12	2000603988	ERICA GOMES DE PAULA JUSTO	4	1	1	16		61	6/23/82
13	2000596184	ANA CLARA DOS SANTOS GONCALVES	4	1	1	16		61	7/13/00
14	2000600965	THAIS CRISTINA FERREIRA	3	2	1	16		60,5	10/29/91
15	2000595829	LUCAS RIBEIRO PAZ	5	1	1	15		60,5	1/7/97
16	2000597853	ELEN PAULINO DA SILVA MOREIRA	4	3	2	14		60	3/3/87
17	2000598997	EVERALDO FERNANDES DOS SANTOS	3	4	2	14		59,5	2/21/83
18	2000591514	AMANDA KELLY FACANHA SOUZA	3	4	2	14		59,5	11/3/97
19	2000601173	ANDERSON AMARO	5	3	2	13		59,5	5/9/83
20	2000595625	JOSE FELIPE DE LIMA SILVA	3	6	4	12		59,5	4/5/93
21	2000592289	LIVIA MARIANA MARCOS DOS SANTOS	5	4	3	12		59,5	8/2/93
22	2000598293	MATHEUS OLIVEIRA SANA	5	7	2	10		58,5	10/13/95
23	2000599755	THALITA CASSETARI CAMPOS	4	1	1	15		58	4/15/93
24	2000592924	RAFAEL DUNSTAN NEVES	3	2	1	15		57,5	12/13/01
25	2000598351	CRISTIANE DOS SANTOS CORREA	3	3	2	14		57,5	6/4/85
26	2000595094	NATASHA MOREIRA BARBOSA PINTO	5	4	1	12		57,5	12/26/90
27	2000603068	EDIPO VINICIUS DA SILVA MACHADO	4	4	0	13		57	4/30/91
28	2000603818	JUSSIE DE MELO DE CAMPOS	5	3	3	11	2	56,5	4/27/87
29	2000603415	CLEIVES BAFINI	3	2	3	14		56,5	3/8/73
30	2000597088	JESSICA CRISTINE DO NASCIMENTO	5	0	2	14		56,5	3/31/91
31	2000595449	IZABELE DO PRADO SANTOS	3	3	4	13		56,5	12/25/98
32	2000609086	JOAO CARLOS SIMAO	3	4	2	13		56,5	8/3/83
33	2000600151	CLARISSA TRASSI SIQUEIRA	3	4	2	13		56,5	11/16/84
34	2000603667	PEDRO LUIS ALVIM FERNANDES	3	4	2	13		56,5	4/6/91
35	2000600753	ANDRE CANTUARIO E SILVA	3	5	0	13		56,5	8/10/88
36	2000594519	LADSON LUCAS DA SILVA	3	5	3	11	2	55,5	8/27/98
37	2000607756	ALINE OLIVEIRA DOS SANTOS	3	0	0	16		55,5	3/20/90
38	2000595590	DEBORA BERALDO RODRIGUES	3	3	0	14		55,5	1/15/69
39	2000592696	WILLIAM RODOLFO MARIANO	4	2	3	12	2	55	12/6/80
40	2000607914	FRANCINE EDUARA DE OLIVEIRA	4	2	3	12	2	55	5/28/86
41	2000593095	LEONARDO RODRIGUES DA SILVA	4	2	2	13		55	6/18/84
42	2000606856	GABRIEL ROGER MENINO DE ARAUJO	4	2	2	13		55	8/18/00
43	2000598885	LARISSA SOUSA DAS NEVES	2	5	1	13		55	1/31/98
44	2000608350	CAROLINA SANT'ANA SIMOES SOARES	4	3	3	12		55	8/28/85
45	2000596862	EDIVALDO RAFAEL GOMES DOS SANTOS	4	3	3	12		55	5/1/86
46	2000599351	VIVIANA LOPES DA SILVA	4	0	2	14		54	9/5/85
47	2000602541	KELLY APARECIDA DA SILVA	2	5	3	12		54	10/7/83
48	2000603643	SIMONE DE FATIMA SAVOLDI PEREIRA	3	3	2	12	2	53,5	12/28/68
49	2000601299	SIMONE CRISTINA DE OLIVEIRA PEREIRA	5	2	2	11	2	53,5	11/26/79
50	2000594808	DANIELE DE JESUS ARANTES PRADO	3	1	2	14		53,5	3/28/86
51	2000606083	LENICE MARINHO KOBLINGER	3	2	3	13		53,5	5/30/63
52	2000608451	VERONICA TINE DE OLIVEIRA SIMOES	5	2	4	11		53,5	7/26/91
53	2000598362	JULIA DE MORAIS BORGES	3	5	3	11		53,5	4/19/02
54	2000591668	RAFAELA RAMOS SIQUEIRA	4	2	3	12		53	5/15/89
55	2000591628	JOAO VITOR OLIVEIRA DE ANDRADE	4	3	1	12		53	6/23/93
56	2000603069	LUCAS SACILOTTO GONCALVES DE CAMPOS	4	3	1	12		53	7/16/98
57	2000593914	MATEUS DA COSTA FERRARI	4	4	2	11		53	5/1/94
58	2000598790	MAJARA KAROLINE PEREIRA	4	4	2	11		53	11/13/94
59	2000592172	MONICA RAFAELA ASSIS DE CAMPOS	3	2	2	13		52,5	5/7/96
60	2000609353	RENATO HENRIQUE SILVA PAGNAN	3	2	2	13		52,5	11/1/98
61	2000602670	CHRYSYTIAN HENRIQUE DE SIQUEIRA	3	3	3	12		52,5	9/10/99
62	2000596233	ALINE LEITE ROSA	4	2	3	11	2	52	2/3/92
63	2000603217	NATALIA RIBEIRO PEREIRA	2	1	3	14		52	2/23/97